

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.364 - SP (2019/0001412-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : RODRIGO BUZELLI MOREIRA
AGRAVANTE : ELIZABETH CRISTINA DE PAULA CHAVES
ADVOGADO : NEWTON TOSHIYUKI - SP210819
AGRAVADO : MARICYR DE LAURO LOSCHIAVO
ADVOGADOS : MARIA CLARA DOS SANTOS - SP101204
SÍLVIA MARIA GOMES BERNARDO - SP091844

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **RODRIGO BUZELLI MOREIRA E OUTRA**, em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 301, e-STJ):

RESPONSABILIDADE CIVIL. Alegação de que a ré gerou danos materiais e morais para os autores ao imputar-lhes falsamente a prática de maus tratos contra seu animal de estimação, dando causa à instauração de investigação criminal. Inexistência de elementos indicativos de que a ré agiu com dolo ou imbuída de má-fé. Comunicação de fatos à autoridade policial que não conteve abusos. Conduta que configurou exercício regular de direito. Responsabilidade civil não configurada. Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (fls. 326-330, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 333-354, e-STJ), os insurgentes alegaram ofensa, pelo aresto estadual, aos artigos 186 e 927 do Código Civil.

Sustentaram, em síntese, que a conduta da recorrida, ao noticiar a prática de um delito que sabia inexistente, configura ato ilícito, devendo ela ser responsabilizada pelos danos causados aos recorrentes.

Contrarrazões às fls. 359-362, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 363-364, e-STJ), negou-se processamento ao recurso.

Daí o agravo (fls. 367-384, e-STJ), visando destrancar o processamento da insurgência.

Contraminuta às fls. 387-392, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. Os insurgentes apontam violação aos artigos 186 e 927 do Código Civil, alegando que a conduta da recorrida, ao noticiar a prática de um delito que sabia inexistente, configura ato ilícito, devendo ela ser responsabilizada pelos danos a eles causados.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 303-307, e-STJ):

Os pedidos foram julgados improcedentes e, em que pese o inconformismo manifestado, a respeitável sentença recorrida não comporta reparos.

Isso porque, **como bem ponderado pelo Magistrado a quo, não se evidenciou que a apelada agiu com dolo ou má-fé ao informar à autoridade policial acerca de possível prática de maus tratos contra animal, o que impede o reconhecimento de que ela praticou ato ilícito e que tenha o dever de reparar danos eventualmente suportados pelos apelantes.**

Também não se verifica qualquer abuso na narrativa feita pela apelada por ocasião da lavratura do boletim de ocorrência, cujo histórico foi redigido nos seguintes termos: *Comparece nesta Unidade Policial a Declarante noticiando que reside no Condomínio Aldeia Marajoara e que desde a data supra descrita vem ouvindo o cachorro do autor Rodrigo chorando compulsivamente dia e noite e que diante do tempo decorrido vendo o desespero do animal que chorar (sic), gane e uiva sem cessar tentou entrar em contato com Subsíndico André que não tomou qualquer atitude, deixando por conta da declarante em tomar as atitudes cabíveis, sendo que a declarante começou a gravar com seu aparelho celular por diversos dias seguidos a agonia do cão e já não aguentando mais a situação procurou por Rodrigo morador do apartamento 207, o qual lhe disse não ser seu cachorro que chorava, não dando qualquer outra explicação nem tampouco tomou conhecimento da situação.*

Informa a declarante que além de ter as gravações dos ganidos do animal que poderá apresentar assim que solicitada, apresenta testemunha Sr. Fábio que se trata do líder dos seguranças do condomínio. Nada mais (fls. 36).

Além disso, a documentação apresentada pelas partes revela que os latidos e choros de cachorro vinham incomodando a apelada em demasia e que ela realmente acreditava que o barulho provinha da unidade autônoma dos apelantes, tanto que ela efetuou diversas reclamações ao condomínio (fls. 67 e 126/134).

Tem-se, portanto, que **ao comparecer à delegacia e narrar situação que lhe gerava incômodo, a apelada agiu em exercício regular de direito**, já que não praticou abusos e que a notificação de condutas criminosas à autoridade competente atende aos interesses da coletividade, pois práticas proibidas pelo ordenamento jurídico devem ser coibidas e devidamente sancionadas.

A doutrina e a jurisprudência firmaram entendimento segundo o qual somente é admissível a responsabilização daquele que comunica crime à autoridade policial quando sua conduta for imbuída de dolo, má-fé, da intenção de prejudicar a pessoa acusada, ou se for desarrazoada, desprovida de seriedade. [...]

Nesse contexto, **não verificado abuso ou má-fé por parte da apelada, ainda que os apelantes nunca tenham praticado maus tratos contra seu animal de estimação e que seja inverídica a afirmação de que ele produzia grande barulho, latindo ou chorando, não se pode reconhecer que a conduta da apelada extrapolou o exercício regular de um direito. Assim, não caracterizada a prática de ato ilícito, não há que se falar na sua responsabilização pela reparação de danos eventualmente suportados pelos apelantes em consequência da instauração de investigação criminal contra Rodrigo.** [grifou-se]

Como se vê, diante do conteúdo fático-probatório constante dos autos e das peculiaridades do caso concreto, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, o órgão julgador afastou a alegação de que a recorrida teria agido com abuso ou má-fé e concluiu expressamente pela não caracterização do ato ilícito, destacando que "ainda que os apelados nunca tenham praticado maus tratos contra seu animal de estimação e que seja inverídica a afirmação de que ele produzia grande barulho, latindo ou chorando, não se pode reconhecer que a conduta da apelada extrapolou o exercício regular de um direito" (fl. 307, e-STJ).

Derruir as conclusões contidas no *decisum* e acolher a pretensão recursal no sentido de verificar a prática de ato ilícito pela recorrida, segundo as alegações vertidas nas razões do apelo extremo, ensejaria o necessário revolvimento das provas constantes dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, ante o óbice estabelecido pela Súmula 7/STJ. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DIVULGAÇÃO DE MATÉRIA JORNALÍSTICA. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. ATO ILÍCITO. ABUSO DO DIREITO DE INFORMAÇÃO. MONTANTE INDENIZATÓRIO. ACÓRDÃO FUNDADO EM MATÉRIA FÁTICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. 1. (...). 2. As conclusões do acórdão impugnado acerca da prática de ato ilícito, e consequente responsabilidade dos recorrentes em indenizar o recorrido, encontram-se firmadas nos fatos e provas coligidos nos autos, assim, a revisão desse entendimento na via especial atrai o impedimento da Súmula 7 desta Corte Superior. 3. (...). 5. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1.120.731/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 05.06.2018, DJe 28.06.2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. FURTO. IMPUTAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS. POSTERIOR. ABSOLVIÇÃO. ABUSO DE DIREITO CONFIGURADO. REEXAME. VALOR INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. (...). 3. Rever o entendimento da Corte de origem, concluiu que a recorrente teria tido atitude leviana, agido de má-fé e com abuso do exercício regular do direito, esbarraria no óbice da Súmula nº 7/STJ. 4. (...). 5. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1.471.035/PI, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06.06.2017, DJe 13.06.2017) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - RESPONSABILIDADE CIVIL - VEICULAÇÃO DE MATÉRIA JORNALÍSTICA - IMPUTAÇÃO DE PRÁTICA DE CRIME - CORRUPÇÃO PASSIVA - DANOS MORAIS NÃO CARACTERIZADOS - REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA 7/STJ - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO. 1. - (...). 2.- O colegiado de origem concluiu que "não se pode extrair nítida imputação criminosa ou caluniosa ao ponto de configurar lesão indenizável, mesmo das entrelinhas das notas jornalísticas em

referência". A convicção a que chegou o Acórdão recorrido, que entendeu pela inexistência de ato ilícito e de dano moral indenizável, decorreu da análise do conjunto fático-probatório, e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do Especial à luz da Súmula 7 desta Corte.

3.- O Agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar a conclusão alvitrada, a qual se mantém por seus próprios fundamentos. 4.- Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp 19.794/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27.09.2011, DJe 05.10.2011) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. **COMUNICAÇÃO À AUTORIDADE POLICIAL DE SUPOSTO CRIME. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. VALORAÇÃO DA PROVA. INAPLICÁVEL AO CASO.** 1. Não há violação ao art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido dirime de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais. 2. "A comunicação de ocorrência à autoridade policial de fato que, em tese, configura crime (subtração de dinheiro) ou o pedido de apuração de sua existência e autoria, suficientes a ensejar a abertura de inquérito policial, corresponde ao exercício regular de direito por parte do lesado. Exclusão da responsabilidade civil. Aplicação do art. 160, I, do CC/16 (art. 188, I, do CC/2002)" (AgRg no Resp n. 738.639/MG, relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, 3ª Turma, unânime, DJe 15/10/2010). 3. Em recurso especial, ainda que a título de **valoração das provas, não se admite análise interpretativa de elementos probatórios controvertidos. Precedentes.** 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 20.973/PB, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 05.06.2012, DJe 14.06.2012) [grifou-se]

Inafastável, no ponto, a incidência do teor da Súmula 7 desta Corte.

2. Do exposto, conheço do agravo para **negar provimento** ao recurso especial e, com fulcro no artigo 85, § 11, NCPC, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados na origem em favor da parte ora agravada.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator